



CÓDIGO DE CONDUTA DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

INTRODUÇÃO

O Conselho Executivo da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia (HBG), doravante designado por CE, têm por missão desenvolver e executar as ações necessárias à concretização das Políticas Regionais no âmbito da Educação, como cumprir as Orientações Legais Nacionais, em particular o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), estabelecido no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

No domínio das suas competências, e de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, de 21 de junho, o CE desenvolve a sua atuação em conformidade com o Interesse Público e com os Princípios Éticos que promovem uma atuação responsável, rigorosa, transparente e proficiente. O exercício da sua atividade visa ainda a Melhoria Contínua do Serviço Público prestado e da relação entre a HBG e terceiros.

Face ao exposto e tendo em conta que a HBG é uma entidade incluída no universo dos destinatários do RGPC, o presente Código de Conduta, doravante designado por Código, determina Princípios, Valores e Regras de Conduta que devem guiar a atuação do CE, como dos demais membros da comunidade educativa.

1. ENQUADRAMENTO

O presente Código estabelece um conjunto de Princípios, Valores e Regras de Atuação em matérias de ética profissional que orientam as relações profissionais dos órgãos de gestão ou administração, gestão intermédia, dirigentes ou trabalhadores da HBG, entre si e com terceiros.

Apesar de o Código não prever todas as situações passíveis de serem consideradas como Riscos de Corrupção, estas devem ser observadas segundo princípios de bom senso, de forma participada e orientada pelos responsáveis de cada unidade em articulação com o CE.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O Código aplica-se a todos os membros dos órgãos de gestão ou administração, gestão intermédia, dirigentes ou trabalhadores da HBG, de qualquer título jurídico-laboral, que exerçam funções nesta escola.

As normas e disposições do presente Código não substituem ou prejudicam a aplicação das demais normas legais a que todos aqueles que exerçam funções na HBG estão sujeitos.



3. PRINCÍPIOS E DEVERES

Os membros dos órgãos de gestão ou administração, gestão intermédia, dirigentes ou trabalhadores da HBG, doravante designados membros, devem exercer funções em conformidade com as normas legais vigentes, em obediência aos seguintes princípios:

Princípio do Serviço Público

Os membros encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo.

Princípio da Integridade

Os membros regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de carácter.

Princípio da Justiça e da Imparcialidade

Os membros, no exercício da sua atividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, atuando segundo rigorosos princípios de neutralidade.

Princípio da Igualdade

Os membros não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social.

Princípio da Proporcionalidade

Os membros, no exercício da sua atividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da atividade administrativa.

Princípio da Colaboração e da Boa-fé

Os membros, no exercício da sua atividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa-fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da atividade administrativa.

Princípio da Informação e da Qualidade

Os membros devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, atenciosa e rápida, consagrando um serviço de qualidade e de excelência.

Princípio da Lealdade

Os membros, no exercício da sua atividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante.

Princípio da Competência e Responsabilidade

Os membros agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.



4. NORMAS DE CONDUTA

Diligência Profissional

Os membros da HBG devem aderir a padrões elevados de ética profissional. Todos devem desempenhar as suas funções com eficiência, zelo e responsabilidade, assegurando o cumprimento de instruções e o respeito nas relações entre si e com terceiros.

Dever de informação

Os membros da HBG têm o dever de prestar, de acordo com as disposições legais aplicáveis, a informação que seja solicitada, com ressalva do cumprimento das normas legais respeitantes à proteção e divulgação de informação.

Gestão e partilha de informação

Sem prejuízo do cumprimento das normas legais aplicáveis à proteção e divulgação de informação, os membros da HBG devem garantir a comunicação, registo e partilha de informação entre si, facilitando a preservação do conhecimento adquirido ou produzido na decorrência das funções que desempenham.

Proteção de dados

Os membros da HBG que tenham acesso a dados ou informação, incluindo informação sensível e dados pessoais, devem respeitar as disposições legais relativas à proteção dos mesmos, não podendo utilizá-los senão para efeitos legalmente impostos ou inerentes às funções que desempenham.

Sigilo Profissional

Os membros da HBG têm o dever de sigilo profissional de todos os factos, cujo conhecimento seja adquirido pelo exercício das suas funções. As informações pessoais sobre os trabalhadores estão sujeitas ao princípio da confidencialidade, apenas podendo ter acesso o próprio ou quem tenha como responsabilidade específica o tratamento da informação.

Conflito de interesses

Para efeitos do presente Código, considera-se conflito de interesses toda a situação em que se possa, com razoabilidade e objetividade, contestar, de forma séria, a imparcialidade da conduta ou decisão de qualquer membro.

Os membros da HBG assinam uma declaração de inexistência de conflito de interesse, nos procedimentos em que intervenham, respeitantes às seguintes matérias ou áreas de intervenção: Contratação pública; Concessão de subsídios, subvenções ou benefícios; Procedimentos de avaliação; Procedimentos sancionatórios.

Os membros da HBG que se encontrem (ou, razoavelmente, prevejam vir a encontrar-se) numa situação de conflito de interesses comunicam a situação ao superior hierárquico ou, na sua ausência, ao responsável pelo cumprimento normativo, que toma as medidas adequadas para evitar, sanar ou cessar o conflito.



Os membros da HBG devem abster-se de participar em qualquer ação suscetível de originar, direta ou indiretamente, conflitos de interesses reais ou potenciais.

Acumulação de funções

Qualquer membro da HBG pode acumular funções ou atividades nos termos legalmente estabelecidos e devidamente autorizados, dependendo de comunicação escrita ao superior hierárquico, para análise e verificação de incompatibilidades.

5. DEFINIÇÃO DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Para efeitos do presente Código, entende-se por Corrupção e Infrações Conexas os crimes de corrupção, recebimento e oferta indevidos de vantagem, peculato, participação económica em negócio, concussão, abuso de poder, prevaricação, tráfico de influência, branqueamento ou fraude na obtenção ou desvio de subsídio, subvenção ou crédito.

O crime de Corrupção consiste no ato de solicitar, oferecer, dar ou aceitar, direta ou indiretamente, uma comissão ilícita ou qualquer outra vantagem indevida ou a promessa de uma tal vantagem indevida que afete o exercício normal de uma função ou o comportamento exigido do beneficiário da comissão ilícita, ou da vantagem indevida ou da promessa de uma tal vantagem indevida.

Trata-se de uma Conduta Desonesta que implica, na prática, pelo menos dois intervenientes: quem se serve de forma fraudulenta dos seus poderes ou da sua influência para favorecer um terceiro em contrapartida de uma vantagem; quem propõe ou fornece essa vantagem.

Além disso, uma pessoa que facilita um ato de corrupção é um cúmplice e a que beneficia de tal ato ao receber a vantagem indevida é um recetador.

Em qualquer dos casos, quem pratica um ato de corrupção, seja o agente ativo, seja o agente passivo, comete um crime punido com pena de prisão e um ilícito disciplinar que pode levar ao seu despedimento fundado em justa causa. No caso dos prestadores de serviços, a verificação de uma situação de corrupção é apta a gerar a resolução imediata do contrato.

6. BOAS PRÁTICAS

Relações internas

Os membros dos órgãos de gestão ou administração, gestão intermédia, dirigentes ou trabalhadores da HBG devem, nas relações entre si, fomentar um bom ambiente de trabalho, adotando uma conduta assente no respeito mútuo, profissionalismo, integridade e honestidade, capaz de promover entreajuda e o trabalho de equipa.

Os membros da HBG, na medida das suas responsabilidades, devem assegurar a proteção, conservação e racionalização do património, devendo os recursos disponíveis ser usados de forma eficiente.



Os Órgãos de Gestão e Administração da HBG devem ser um exemplo no comportamento que adotam, na sua atuação, cabendo-lhes liderar, motivar e empenhar os seus colaboradores para o esforço conjunto de melhorar e assegurar o bom desempenho e imagem da instituição.

Relações externas

Todos os membros da HBG devem atuar com celeridade, isenção e cordialidade, no relacionamento com terceiros, promovendo todos os esforços para maximizar a satisfação dos legítimos interesses e pretensões apresentados.

As informações prestadas devem ser claras, atingíveis e em conformidade com os princípios da legalidade, rigor e veracidade.

7. DENÚNCIA, PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Em caso de suspeitas de comportamentos e situações ilícitas, os membros da HBG devem informar, por escrito, os superiores hierárquicos e, se necessário, proceder à formalização da denúncia no Canal de Denúncias do Governo Regional da Madeira, em <https://canaldenuncias.madeira.gov.pt/>.

Os membros da HBG devem atuar ativamente contra todas as formas de corrupção.

A omissão do dever de denúncia ou participação pode gerar responsabilidade disciplinar e penal, nos termos previstos na lei.

8. INCUMPRIMENTO

O incumprimento ou violação do disposto no presente Código pode dar origem a responsabilidade disciplinar e ou criminal, nos termos previstos na lei.

9. REVISÃO, PUBLICIDADE E ENTRADA EM VIGOR

O Código é revisto a cada 4 anos ou sempre que se inicie um novo ciclo de gestão, sendo o CE o responsável pela revisão. O documento é aprovado em reunião de CE e é imediatamente publicado em www.hbg.pt, entrando em vigor no dia seguinte à sua aprovação e publicação.